

ATA NÚMERO 25/XIII (1.ª) SL
03 de maio de 2016 – 15h00

Aos três dias do mês de maio de 2016, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Educação e Ciência, na Sala 2, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação da ata

- Atas das reuniões de 19 e 26 de abril

3. Comunicações do Presidente

4. Audiência à Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo – 15h00

5. [Petição n.º 61/XIII \(1.ª\)](#), [Solicitam à Assembleia da República a reabilitação e requalificação urgente do «Liceu Camões»](#) - 15h45

- Audição dos peticionários
- Deputado relator: Diogo Leão (PS)

6. [Projeto de lei n.º 158/XIII \(1.ª\)](#) (BE) - Congela o valor das propinas para o primeiro, segundo e terceiro ciclos de estudos superiores

- [Apresentação pelo autor](#)
- [Deputado relator: Ana Rita Bessa \(CDS-PP\)](#)

7. [Projeto de lei n.º 159/XIII \(1.ª\)](#) (BE) - Mecanismo extraordinário de regularização de dívidas por não pagamento de propinas nas instituições de ensino superior públicas

- Apresentação pelo autor
- Deputado Relator: Nilza de Sena (PSD)

8. Outros assuntos

9. Data da próxima reunião

11 de maio de 2016

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE e CDS-PP.

2. Aprovação da ata

A ata da reunião de 19 de abril foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE e CDS-PP.

3. Comunicações do Presidente

3.1. O Presidente informou que o Senhor Ministro da Educação tinha comunicado a disponibilidade para vir à 4.ª audição regimental no próximo dia 5 de julho (terça-feira), não se tendo registado intervenções.

3.2. Baixa de iniciativas

Referiu depois a baixa à Comissão, em 19 de abril, da iniciativa abaixo referida, que foi distribuída ao PCP, tendo sido indicada como relatora a Deputada Ana Virgínia Pereira. Foi ainda indicado que a apresentação do Projeto de Lei seria feita pelo PS na reunião de 17 de maio e a apreciação do parecer em 24 do mesmo mês.

Projeto de Lei	166	XIII	1	<u>Define um regime de pagamento faseado das propinas devidas pelos estudantes do ensino superior e cria um regime especial de pagamento por beneficiários de bolsas de ação social, procedendo à terceira alteração à</u>	Baixa comissão distribuição inicial generalidade	2016-04-19	PS
----------------	-----	------	---	--	--	------------	----

Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto

Indicou ainda a baixa do Projeto de Resolução seguinte, tendo o BE comunicado que solicitava a sua discussão no Plenário.

Projeto de Resolução	257	XIII	1	<u>Valorização dos professores classificadores dos exames nacionais</u>	Baixa comissão para discussão	2016-04-19	BE
----------------------	-----	------	---	---	-------------------------------	------------	----

3.3. Relatórios de audiências

Foi aprovado o relatório da audiência efetuada, no âmbito do Grupo de Trabalho de Educação Especial, à APTER (Associação Nacional de Apoio Terapêutico).

3.5. Audição da descentralização de competências na área da educação – GT de Acompanhamento das Transferências de Competências na Educação

Foi aprovado o programa da audição e a lista das entidades a consultar.

4. Audiência à Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo – 15h

A delegação da AEEP, Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo, era constituída por António Sarmento, João Munoz e Rodrigo Queiroz e Melo.

Dando início à audiência, o Presidente da Comissão deu as boas vindas aos representantes da AEEP, que indicaram, em síntese, o seguinte:

- ✓ O Estado celebrou em 2015 contratos de associação com colégios e através do [Despacho normativo n.º 1-H/2016](#) pretende alterá-los, estabelecendo que a frequência, na parte do apoio financeiro pelo Estado, é apenas para alunos da zona geográfica do colégio;
- ✓ A área geográfica de implantação da oferta, definida no aviso de abertura do concurso, delimitava o universo dos colégios que se podiam candidatar a contrato e não o universo dos alunos que poderiam aceder às turmas em contrato de associação;
- ✓ A alteração introduzida pelo Despacho porá em causa 656 turmas, 17.000 alunos e gerará o despedimento de 1.125 docentes e 675 não docentes (e indemnizações de 50.000.000€);
- ✓ A alteração do regime foi feita sem negociação;

- ✓ Os contratos celebrados no ano passado são plurianuais, para 3 anos, tendo os colégios aceite uma diminuição do número de turmas e do valor/turma, pela plurianualidade dos contratos;
- ✓ As escolas e as autarquias consideraram os contratos plurianuais e agora está a fazer-se a interpretação de que os mesmos são anuais.

Nesta sequência, pediram que o Estado cumpra os contratos das turmas de início de ciclo, que foram assinados por três anos, durante o período do ciclo, mantendo-os por mais 2 anos. Salientaram que houve uma diminuição em 33% do volume financeiro nos últimos anos e informaram que a CONFAP, Confederação Nacional das Associações de Pais, bem como os sindicatos e os autarcas têm pedido a estabilidade dos contratos e o cumprimento dos mesmos até ao final dos três anos.

Interveio depois o Deputado Amadeu Albergaria (PSD), informando que o PSD já tinha colocado questões ao Ministério da Educação sobre a matéria, defendendo que as escolas particulares estão inseridas na rede pública de educação e salientando que recebem alunos com necessidades educativas especiais e institucionalizados, estando a alteração do regime a provocar instabilidade no setor. Nesta sequência, pediram o cumprimento dos contratos assinados pelo Estado.

O Deputado Porfírio Silva (PS) considerou que não havia incumprimento dos contratos, cada contrato fixa o número de turmas e esse mantém-se e são ainda financiadas novas turmas se não houver oferta pública. Salientou ainda que o critério territorial estava previsto no concurso feito em 2015, questionou se havia alguma coisa que não constasse do contrato e pediu um contrato.

A Deputada Joana Mortágua (BE) defendeu a redundância dos contratos onde há oferta pública, referiu que tinha havido abuso da utilização dos mesmos e manifestou concordância com o critério da territorialização. Questionou se havia cerca de 20.000 alunos fora da área de implantação dos colégios e se não havia escola pública para os mesmos, salientando que se esta não existir o Governo manterá as turmas.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) referiu a indefinição em termos de matrícula dos alunos e perguntou se o Estado ia cumprir os contratos que tinha assinado.

A Deputada Ana Virgínia Pereira (PCP) referiu que o PCP defendia o cumprimento da lei, competindo ao Estado assegurar a rede pública gratuita e universal e a privada apenas no caso de ausência de resposta daquela. Salientou que o PCP não era contra a escola privada, defendeu a igualdade de ensino de qualidade para todos os alunos e referiu que as escolas privadas devem garantir os direitos dos professores e restantes profissionais.

Na sequência das intervenções dos Deputados, os representantes da AEEP, referiram que tinha sido alterada a previsibilidade e o cumprimento dos contratos, que incluíam números de turmas, agora em alteração. Em relação à área territorial, o ensino privado funcionava com a mesma área de influência do ensino público, que é uma área de prioridade, desde que haja vaga e não havendo, serve para priorizar. Realçaram que o concurso fala em área de localização de oferta e se for agora considerada a área territorial da origem dos alunos, a respetiva freguesia, milhares de alunos ficam sem escola, privada ou pública.

Salientaram que os contratos celebrados em 2015, de boa-fé, têm menos turmas de início de ciclo do que havia em anos anteriores e em contrapartida os inícios de ciclo tinham sido garantidos por 3 anos. Referiram ainda que 12% dos alunos está no ensino privado (sendo Portugal o único país europeu com uma percentagem tão elevada), mas não com contratos de associação, indicaram que os apoios ao ensino privado têm diminuído nos últimos anos e declararam que nunca instrumentalizaram as famílias.

A gravação da audiência está disponível na [página da Comissão](#).

5. [Petição n.º 61/XIII \(1.ª\)](#), Solicitam à Assembleia da República a reabilitação e requalificação urgente do «Liceu Camões»

A delegação de peticionários era constituída por Berenice Costa Pinto, Estanislau Pierre, Patrícia Marques, João Jaime Pires, Gabriela Fragoso e João Appleton.

Dando início à audição, a Vice-Presidente da Comissão, que nessa ocasião estava a presidir à reunião, deu as boas vindas aos peticionários, que indicaram, em síntese, o seguinte:

- ✓ O edifício e os respetivos equipamentos encontram-se muito degradados, entendendo que a situação atingiu o limite;
- ✓ A escola iniciou funções em 1909 e o seu estado é do conhecimento público, tendo sido anunciada a remodelação em 2009;
- ✓ Recebe mais de 1.700 alunos, que corresponde a 60 turmas, 140 docentes e 60 trabalhadores não docentes, das 8h às 24h, tem o Campo de Jogos Exteriores fechado há 10 anos e regista várias deficiências;
- ✓ Foi recentemente anunciado que “terá início, ainda este ano, o projeto de recuperação da Escola”;
- ✓ O engenheiro João Appleton, que fez o projeto de reabilitação e de segurança do Edifício, referiu que se trata de um edifício singular, o 1.º liceu moderno da cidade de Lisboa, frequentado por muitas individualidades ao longo dos anos, que está disposto em E e tem uma vulnerabilidade sísmica elevada, sendo a intervenção necessária para travar a degradação e diminuir a vulnerabilidade.

Interveio depois a Deputada Margarida Balseiro (PSD), referindo que nas escolas com intervenção da Parque Escolar E.P.E. tinha havido esbanjamento de verbas e em 2011 tinha sido suspensa a 3.ª fase da requalificação das escolas, por motivos financeiros, sendo hoje possível prosseguir com a mesma.

O Deputado Diogo Leão (PS, relator da petição) saudou o esforço de cidadania da Associação de Pais e Encarregados de Educação consubstanciado na petição, realçou que o “Liceu Camões” é uma instituição de referência, que foi concebido pelo arquiteto Ventura Terra, o qual foi também responsável pelo projeto de requalificação do Parlamento.

Indicou ainda que a necessidade de requalificação já se regista há vários anos e estava integrada na 3.ª fase de obras da Parque Escolar, que tinha tido uma estagnação em 2011. Por último, referiu a articulação da atuação do Parlamento e da autarquia.

O Deputado Luís Monteiro (BE) manifestou apoio à reivindicação da requalificação da escola, referiu que o edifício tem vários problemas e que é um património público classificado, esperando a inclusão no orçamento de 2017 da verba necessária para a reabilitação global e conjugada.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) indicou que em 2011 o Governo parou as obras a realizar pela Parque Escolar por motivos financeiros e que o Ministério da Educação indicava agora que as verbas para o projeto estavam asseguradas. Perguntou depois que estudos faltavam e se tinham informação sobre o calendário da reabilitação.

A Deputada Ana Virgínia Pereira (PCP) informou que têm acompanhado a situação e feito diligências para a reabilitação, reconhecem a necessidade da prioridade da mesma, pelo estado da escola e o valor do património em causa. Indicou ainda que o PCP era contra a criação da Parque Escolar E.P.E., mas o anterior Governo não a tinha extinguido e não tinha feito as obras nas escolas.

Na sequência das perguntas e das observações apresentadas, os peticionários informaram que o projeto de arquitetura e estruturas está pronto desde 2009, mas que sabem que o Ministério da Educação pretende aplicar outro projeto e fazer uma obra mais contida e se assim for, não há projeto para a mesma. Informaram ainda que a Parque Escolar rescindiu o contrato com os projetistas anteriores e vai ter de contratar um novo projeto.

Indicaram que a Secretária de Estado da Educação informou que ia ser revisto todo o processo e baixado o valor da obra, pelo que receavam que o início da obra pudesse demorar mais de nove meses. Referiram que tinha sido feita a recuperação do brasão e das janelas com verbas doadas e que a reabilitação pretendida abrangia as coberturas, os laboratórios, etc.

A terminar, apelaram à realização da obra, pedindo o apoio de todos e salientaram que no próximo ano se comemoram 150 anos do nascimento de Ventura Terra.

A gravação da audição está disponível na [página da Comissão](#).

6. [Projeto de lei n.º 158/XIII \(1.ª\)](#) (BE) - Congela o valor das propinas para o primeiro, segundo e terceiro ciclos de estudos superiores

O Deputado Luís Monteiro (BE) fez a apresentação conjunta dos projetos de lei n.ºs 158 e 159, referindo que são complementares e visam o combate ao abandono escolar no ensino superior, principalmente em tempo de crise financeira, salientando o peso significativo das propinas naquele nível de ensino, que tinha registado um grande aumento nos últimos anos.

Realçou que pretendem que os estudantes que abandonaram o ensino superior por insuficiência financeira possam regressar e candidatar-se a bolsas de estudo e seja disponibilizado aos que tenham dívidas um mecanismo extraordinário de regularização das mesmas, com um período de carência de 5 anos. O congelamento do valor das propinas é um reforço da medida do Orçamento do Estado para 2016 de congelamento das propinas de licenciatura para o próximo ano letivo, com alargamento do âmbito (aplicando-se aos 3 ciclos de estudos do ensino superior) e prazo.

As Deputadas relatoras dos pareceres indicaram que se pronunciarão no âmbito dos mesmos, a apreciar na reunião da semana seguinte.

7. [Projeto de lei n.º 159/XIII \(1.ª\)](#) (BE) - Mecanismo extraordinário de regularização de dívidas por não pagamento de propinas nas instituições de ensino superior públicas

Apresentado conjuntamente com o Projeto de Lei n.º 158/XIII.

8. Outros assuntos

O Presidente informou que dado que nos dias 9 e 10 de maio (2.ª e 3.ª feira) havia Jornadas Parlamentares do BE, a reunião da Comissão se realizaria no dia 11, às 10h.

9. Data da próxima reunião

11 de maio de 2016 (quarta-feira) – 10.00 horas

Não havendo outros assuntos a tratar, a reunião foi encerrada às 17 horas.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,



Comissão de Educação e Ciência

(Alexandre Quintanilha)

A presente ata foi aprovada na reunião da Comissão de 11 de maio de 2016.

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Quintanilha
Amadeu Soares Albergaria
Ana Rita Bessa
André Pinotes Batista
Diogo Leão
Emília Santos
Joana Mortágua
Laura Monteiro Magalhães
Luís Monteiro
Margarida Mano
Maria Augusta Santos
Maria Germana Rocha
Maria Manuela Tender
Miguel Tiago
Nilza de Sena
Odete João
Pedro Alves
Pedro Pimpão
Porfírio Silva
Susana Amador
Ana Virgínia Pereira
Cristóvão Crespo
Diana Ferreira
Margarida Balseiro Lopes

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

João Torres
Sandra Pontedeira

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Abel Baptista